

Mudança de estratégia enfraquece reforma

Gov. quer levar desoneração da folha salarial para PEC de cortes de despesas

Daniel Weternan
Adriana Fernandes
Jussara Soares | BRASÍLIA

A mudança de estratégia do ministro da Economia, Paulo Guedes, de empurrar a desoneração da folha de pagamento (redução de encargos pagos pelas empresas sobre os salários) para a proposta de emenda à Constitucional (PEC) que propõe medidas de corte de despesas causou ruído e pode enfraquecer a discussão de reforma tributária, segundo apurou o 'Estado'. O risco, admitem lideranças, é instalar atrito entre a Câmara, que encabeça a discussão da simplificação de impostos, e o Senado, onde está a PEC dos gatilhos.

A discussão da mudança no sistema tributário já enfrenta forte concorrência com a mobilização pela reforma administrativa. Em encontro ontem com o presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), insistiu na necessidade do envio da proposta de reforma do RH do Esta-

do. A expectativa é de que o presidente, que engavetou o envio do texto no início do ano, ceda e mande a proposta no bojo dos acordos que estão sendo negociados esta semana com lideranças políticas para o andamento da agenda econômica e a prorrogação do auxílio-emergencial.

Passado quase um mês, depois do envio da proposta do governo ao Congresso, a reforma tributária tem perdido espaço nas discussões no Congresso, embora a comissão mista continue com os trabalhos. Segundo o relator da PEC dos gatilhos, Márcio Bittar, a ideia do ministro é colocar na PEC que aciona medidas de ajuste fiscal o mesmo projeto de desoneração que estava sendo pensado pela equipe econômica para a reforma tributária.

O empregador ficaria isento da contribuição ao INSS do trabalhador que ganhar até um salário mínimo (hoje, R\$ 1.045,00) ao custo de R\$ 25 bilhões por ano aos cofres da União.

Sobre os salários dos demais trabalhadores, haveria uma redução pela metade do peso efetivo



Encontro. Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre participaram ontem de uma reunião com os prefeitos sobre reforma tributária

● Custo da isenção R\$ 25 bi seria o custo por ano para os cofres da União da isenção da contribuição das empresas ao INSS do trabalhador que ganha até um salário mínimo (hoje, R\$ 1.045,00)

do da tributação paga pelas empresas. Hoje, a alíquota é de 20% e a proposta é que caia para 10%. A redução de 20% para 10% teria impacto de R\$ 50 bilhões de perda na arrecadação federal. Os outros 5 pontos percentuais de queda seria obtida com duas medidas parafiscais (sem impacto no Orçamento do go-

verno): redução de 8% para 6% do valor dos salários que é desonorado pelas empresas nas contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e corte permanente da metade dos encargos que pagam ao Sistema S. "Isso é um enorme serviço para trazer para a formalidade milhões de brasileiros e criar novos postos de trabalho", afirmou Bittar.

A ideia do governo é incluir a desoneração como porta de saída para o Renda Brasil, o novo programa assistencial que também está sendo estudado para substituir o Bolsa Família. A redução dos encargos que as empresas pagam sobre os salários seria uma forma de baratear a contratação e ser uma porta de

saída para os beneficiários do novo programa. Guedes acertou com Bittar a inclusão dos dois programas na PEC dos gatilhos.

Compensação. Não se sabe, porém, como será a compensação da perda aos cofres públicos com a nova desoneração. Na reforma tributária, a ideia da equipe de Guedes era criar um novo tributo sobre transações financeiras e digitais aos moldes da antiga CPMF. "A substituição de determinados tributos por um novo não veio porque a possibilidade de substituição de alguns por um novo que possa assegurar o combate à sonegação, eu vejo como positivo",

disse Bittar, usando o mesmo discurso da equipe econômica.

O relator da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que é errada a leitura de que haja competição entre as duas reformas. Segundo ele, Maia e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), participaram ontem de uma reunião com os prefeitos sobre reforma tributária. No encontro, as duas principais entidades de representação dos municípios, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP), divergiram sobre a possibilidade de criar um tributo nacional sobre o consumo.

Mensalidade escolar deve subir com novo tributo sobre consumo

Sector pede redução pela metade da alíquota de 12%, que ainda pode tirar 600 mil alunos de cursos universitários

Eduardo Rodrigues | BRASÍLIA

O novo tributo sobre o consumo apresentado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, deve aumentar as mensalidades escolares para os milhões de famílias brasileiras e pode tirar 600 mil alunos de cursos universitários, segundo estimativas do setor de ensino privado.

O setor pede a redução em mais da metade da alíquota proposta ou o envio de um projeto concreto para reduzir os impostos sobre a folha de salários -

com a recriação da CPMF como principal alternativa para compensar a perda de arrecadação aos cofres públicos.

Guedes levou e ao Congresso no mês passado a primeira fase da proposta de reforma tributária do governo, com a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) para substituir o PIS e a Cofins. Pelo projeto, a alíquota do novo tributo será de 12% para todos os setores - incluindo serviços - com exceção dos bancos que pagarão 5,8%.

O setor de ensino privado diz que para não ter aumento nas mensalidades, a alíquota "entra" para educação deveria ficar entre 5% e 5,5%. "É mesmo assim ainda estamos distantes da isenção completa que é aplicada em diversos países", diz o

secretário executivo do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular e reitor do Centro Universitário UniCarioica, Celso Niskier.

Hoje, escolas e faculdades particulares pagam 3,65% de PIS/Cofins, o que garante uma arrecadação de R\$ 130 bilhão por ano ao governo federal. Pelos cálculos do fórum, caso a alíquota do novo imposto seja mantida em 12%, as mensalidades devem ter reajuste médio de 6% na educação básica e de até 10,5% nos cursos de graduação.

Cadeia de produção. Niskier explica que o ensino privado tem uma cadeia curta de suprimentos, o que dificulta a compensação da CBS paga na compra de materiais usados nas aulas. Diferentemente da indús-

tria, o ensino, assim como todo o setor de serviços, não tem muitas etapas de produção e é formado basicamente por mão de obra. Por isso, não tem espaço para abater impostos em fases anteriores da produção, como prevê a proposta do governo.

Assim, caso a cobrança da CBS seja aprovada em 12%, Niskier avalia que seria necessária uma compensação para o setor por meio da desoneração da folha de pagamentos. A equipe de Guedes até cogita acabar com parte da tributação sobre os salários por meio de um novo imposto sobre transações eletrônicas, que o ministro insiste em distanciar da antiga CPMF. Mas, mesmo antes de ser formalmente apresentada, a ideia enfrenta resistência no Congresso e no mercado.

"Nossa preocupação é com a descoerência do encaminhamento dos assuntos. Isso impede de visão da floresta por completo, porque todo dia precisamos tratar de uma árvore. Ou se faz uma reforma completa com

CBS ameaça continuidade do ProUni

● Além de aumentar o custo das mensalidades escolares e das faculdades privadas, o novo tributo sobre o consumo apresentado pelo ministro Paulo Guedes praticamente acaba com o Programa Universidade para Todos (ProUni), que hoje garante bolsas de estudo para quase 161 mil universitários. Como contrapartida para

cálculos definitivos, ou teremos sempre essa intranquilidade", completa Niskier.

Para o ensino superior, o impacto do aumento das mensalidades pode ser ainda maior. As faculdades privadas já perderam alunos com a retração do programa de financiamento estudantil (Fies) e com a pandemia de covid-19, que reduziu a

renda dos estudantes. "Ao contrário dos alunos das escolas, que podem passar para o sistema público, cerca de 600 mil estudantes de graduação deixarão de se formar. No médio e longo prazos, isso significa um apagão de mão de obra qualificada. E com menos produtividade, o governo também perde receitas", diz o reitor.

Comércio propõe votar primeiro reforma administrativa

Federação paulista diz que redução de gastos com servidores pode abrir caminho para corte de carga tributária

● BRASÍLIA

A Federação de Comércio de São Paulo (Fecomércio-SP) defende que não é hora de se votar uma reforma tributária e que é

preciso fazer primeiro a reforma administrativa para conter os gastos com os servidores e, depois disso, abrir caminho para a simplificação dos tributos.

Em documento sobre a reforma tributária, a entidade teme o aumento da carga tributária num momento em que o principal foco é garantir que a economia tenha condições de se reconstruir depois da pandemia da covid-19. Agora, defende o setor, é organizar a "casa" antes de fazer mu-

dança no setor tributário.

A posição do setor de comércio se soma ao movimento de pressão que cresce no Congresso para aprovação da reforma administrativa, que pretende fazer uma reestruturação no RH do Estado. Na contramão, a reforma tributária, passado quase um mês do envio do projeto do governo, não ganhou tração. Pelo contrário, o foco do debate no Congresso tem sido a prorrogação do auxílio emergencial.

Ontem, em encontro com o presidente Jair Bolsonaro, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), voltou a cobrar o envio da reforma administrativa. O texto já foi entregue ao presidente, que preferiu engavetá-lo para não comprar briga com o funcionalismo em ano de eleições. Entre as medidas apresentadas pela equipe econômica, está a redução dos salários iniciais e o engajamento no número de carreiras.

A Fecomércio alega que, com aumento da produtividade dos servidores e partindo de cortes de gastos eventualmente acima do legalmente determinado, o País poderia ter uma carga de tributos equivalente a 25% do Produto Interno Bruto (PIB), ou 10 pontos percentuais abaixo dos atuais 35%, calculados pela entidade. Dados do Tesouro apontam carga ligeiramente maior, em 2020 de 28,8% do PIB, em 2019



Queda. Projeção do comércio é de prejuízo de R\$ 141 bi

ção. Segundo o economista da Fecomércio, Fábio Pina, esses recursos que as empresas deixariam de pagar em tributos poderiam ser revertidos principalmente em duas ações: investimento em capital físico (busca de investimentos de longo prazo

que industrial e comercial) investimento em capital humano (como treinamento).

A Fecomércio estima um prejuízo de R\$ 141 bilhões no comércio varejista neste ano em comparação com o resultado de 2019. Segundo a associação,

MERCADO IMOBILIÁRIO

Desaja saber qual o Melhor e Maior Aproveitamento para seu terreno ou gleba? Contrate uma de nossas opções de estudos e identifique as melhores oportunidades de ocupação, com dimensionamento da oferta/demanda e retorno de seu investimento.

(11) 3665-1590
(11) 99913-5823
(11) 99524-5823

Atualizamos nossa política de cookies

Nós utilizamos cookies e outras tecnologias semelhantes para melhorar sua experiência em nossos serviços, personalizar nossa publicidade e recomendar conteúdo de seu interesse.

Ao utilizar nossos serviços, você aceita a política de monitoramento de cookies. Para mais informações, consulte nossa [Política de cookies](#)

ACEITO